ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

O PLS 51/2008 e as ações da Agência Nacional de Águas

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal

Antônio Félix Domingues
Coordenador de Articulação e Comunicação da Agência Nacional de Águas

Brasília, 11 de maio de 2010

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Abastecimento (PNA), cujos objetivos são:

I – assegurar à população brasileira a oferta e a qualidade dos alimentos e dos insumos indispensáveis à produção de produtos alimentícios;

III – estimular a formação de estoques reguladores e estratégicos objetivando absorver excedentes e corrigir desequilíbrios nos preços de alimentos, combustíveis, energia, medicamentos e água potável, decorrentes de manobras especulativas;

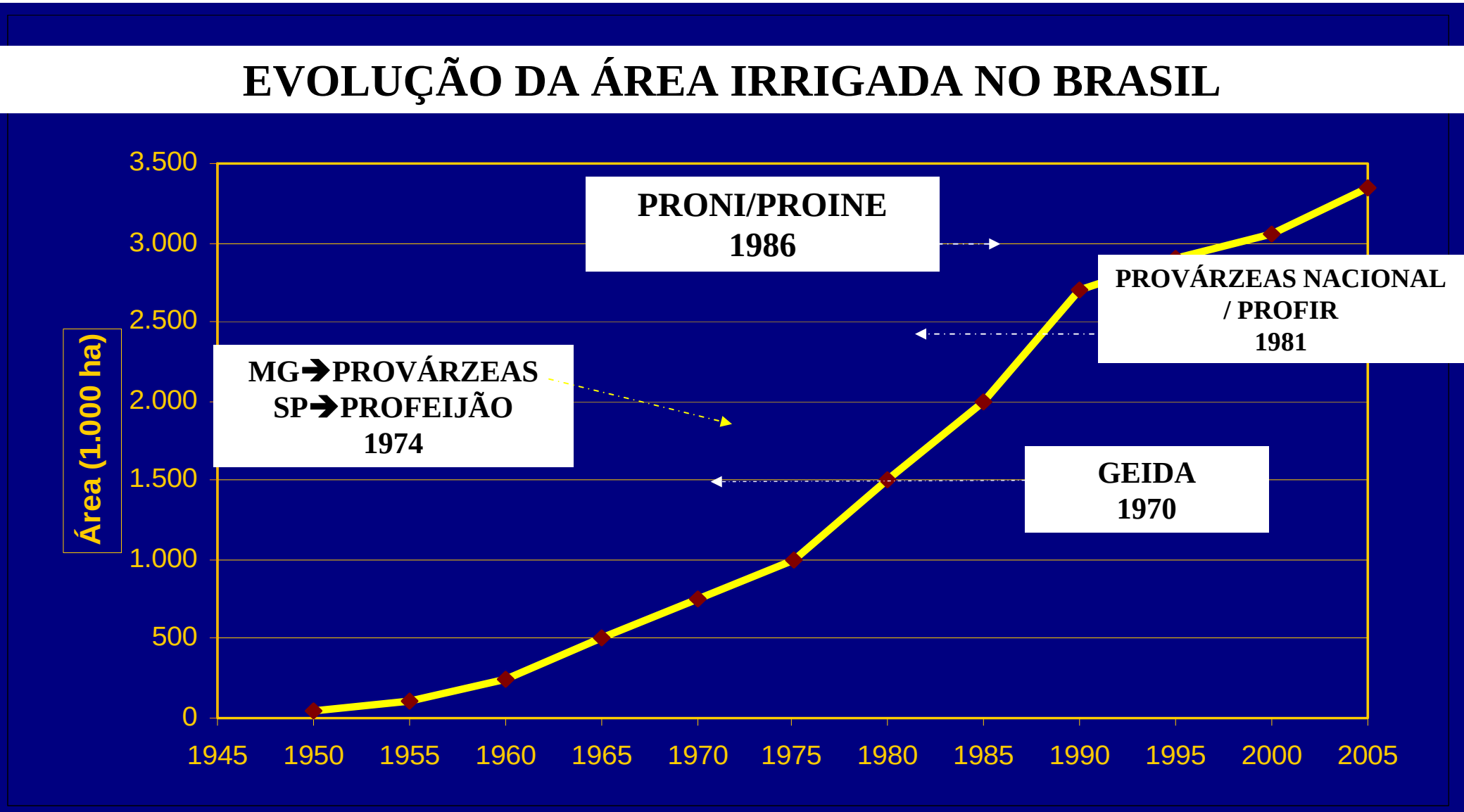
IV – mitigar o risco da escassez de água potável.

Art. 3º Compete ao Poder Público, no âmbito da Política Nacional de Abastecimento:

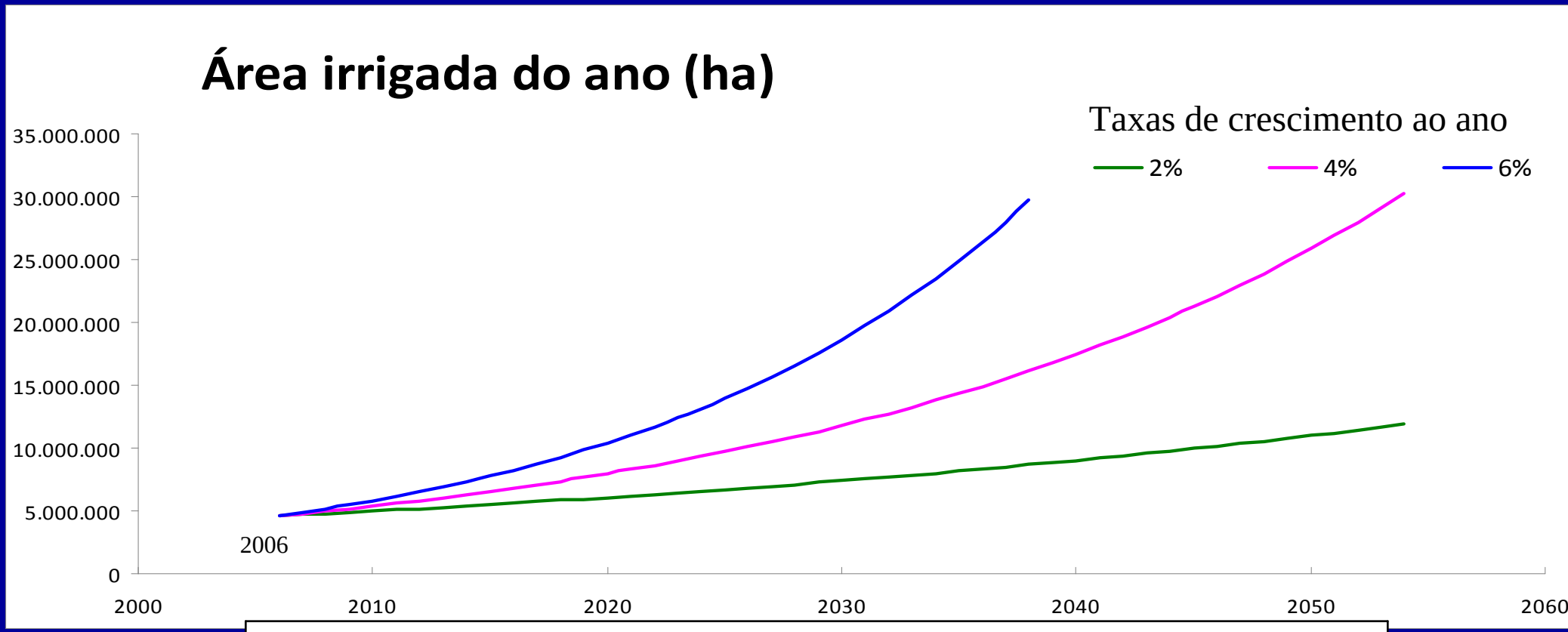
I – definir planos de ação regionais e nacional, com a participação de órgãos estaduais e municipais de desenvolvimento;

XII – manter ações de preservação dos mananciais públicos.

Água como insumo à produção de produtos alimentícios (inciso I do artigo 1º do PLS)



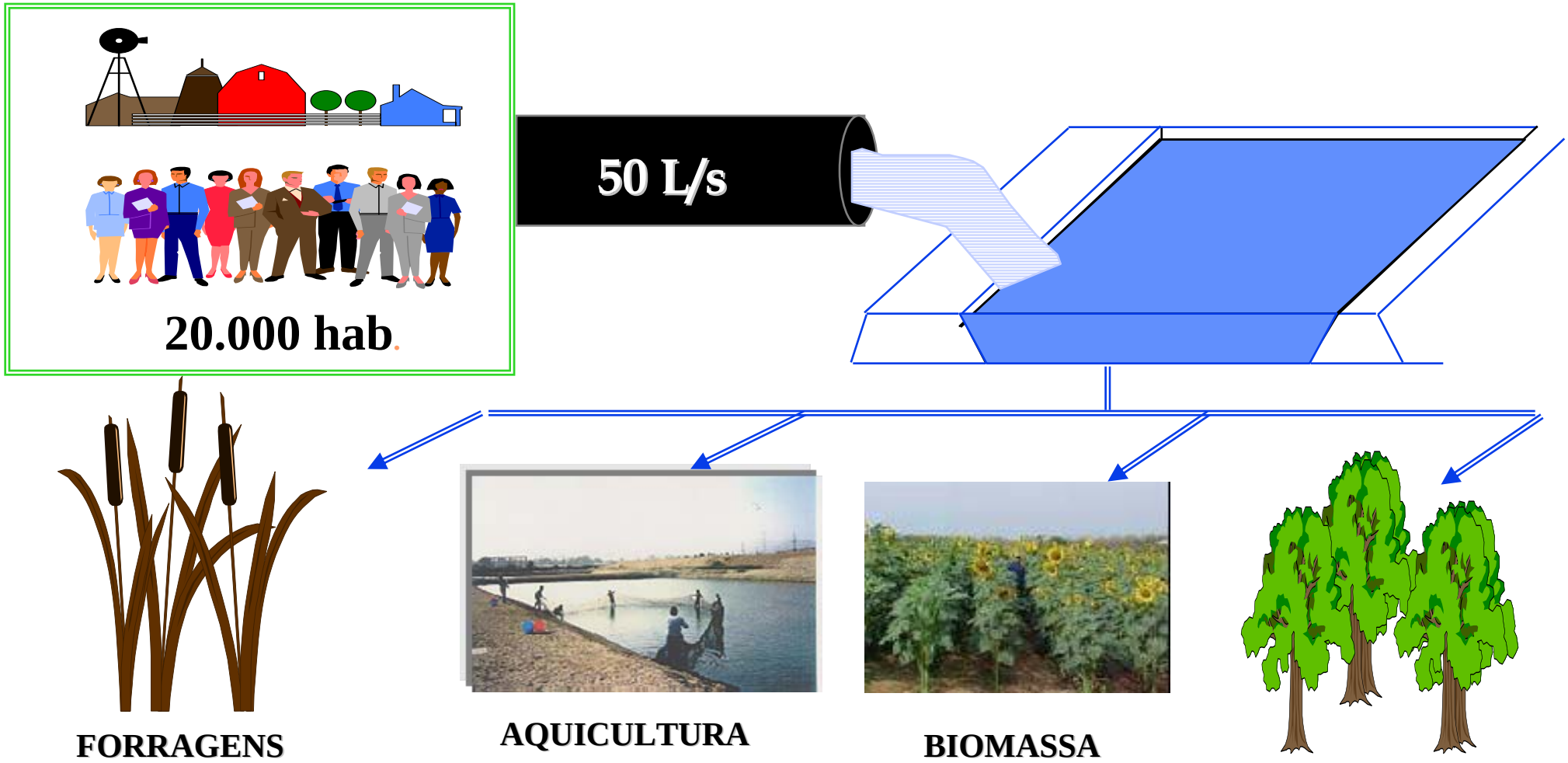
Estimativas de evolução das áreas irrigáveis no Brasil



Para se alcançar os 29.000.000ha irrigáveis	
Taxa de crescimento anual da irrigação	Ano
6%	2038
4%	2053
2%	2099

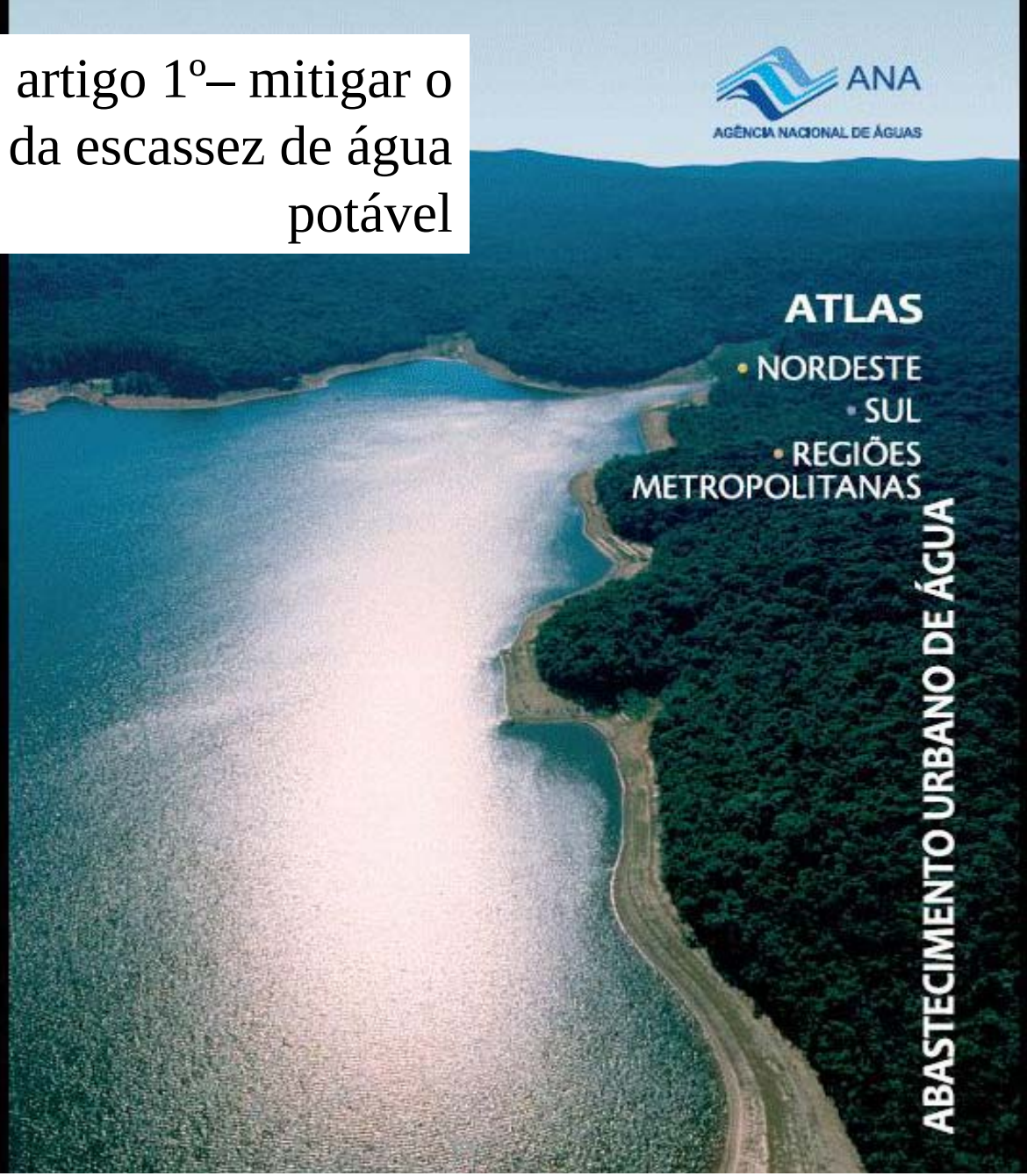
Tratamento de dejetos humanos via irrigação é uma realidade nos EUA a um custo competitivo com as ETEs

MÓDULO DE TRATAMENTO E USO



Para as condições das principais regiões irrigadas do Brasil 50L/s podem irrigar de 35 a 170 ha, dependendo do clima do local, da época do ano, do método e da eficiência de irrigação e cultura.

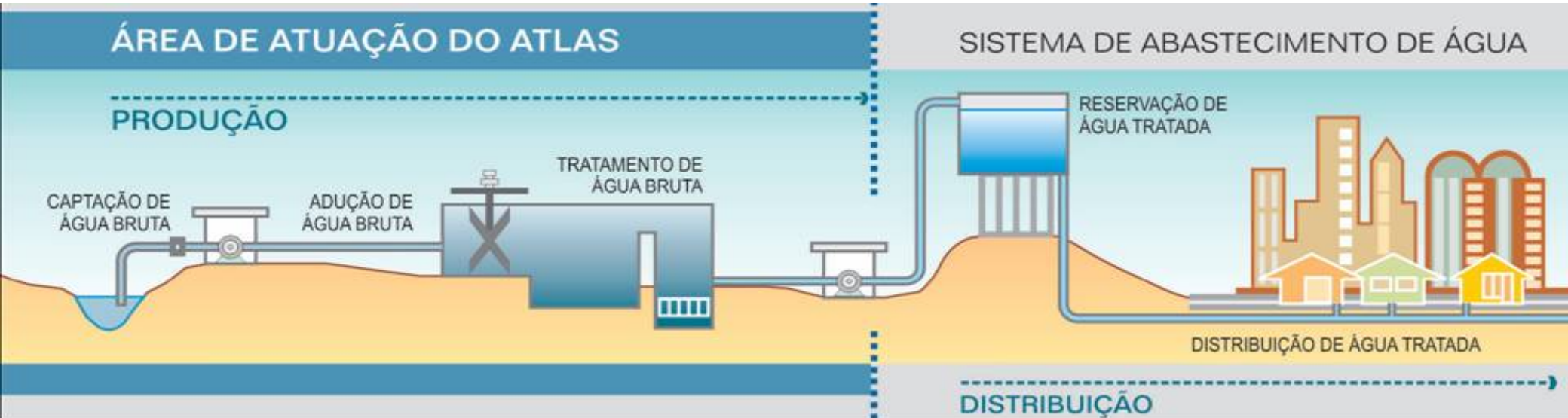
Inciso IV do artigo 1º– mitigar o risco da escassez de água potável



PLANEJAMENTO DA OFERTA DE ÁGUA NO BRASIL

O QUE É O ATLAS?

- O ATLAS consolida um amplo trabalho de diagnóstico e planejamento nas áreas de recursos hídricos e saneamento no Brasil, com foco na garantia da oferta de água para o abastecimento das sedes urbanas
- Como resultado final, são indicados investimentos para o atendimento das demandas de cada município até 2025 e para a proteção da qualidade das águas dos mananciais



ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Complementação do ATLAS para Brasil

2.602 cidades

Início em 16/12/2009

ATLAS REGIÕES METROPOLITANAS

Grandes centros urbanos

430 cidades

ATLAS NORDESTE

Foco no Semi-árido

1.892 cidades

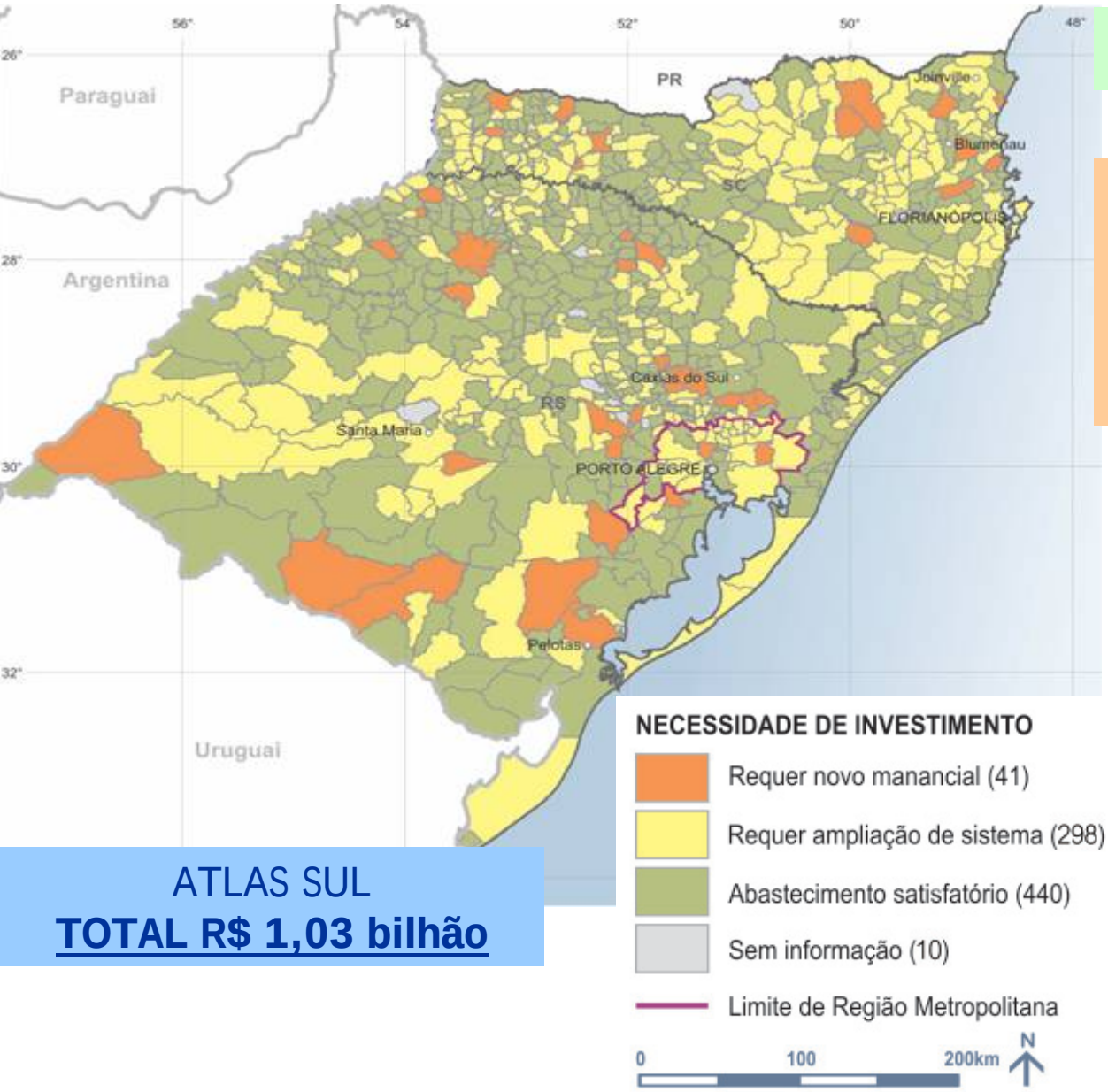
ATLAS SUL

789 cidades

100% R.H. do Uruguai e 97% do Atlântico Sul

Tipologia	Número de municípios	População Milhões Hab.
RM + Capitais + cidades > 250mil hab.	430	88,5
Cidades entre 50 e 250mil hab.	84	8,1
Cidades até 50mil hab.	2.451	22,0
TOTAL	2.965	118,6

DIAGNÓSTICO - 2015



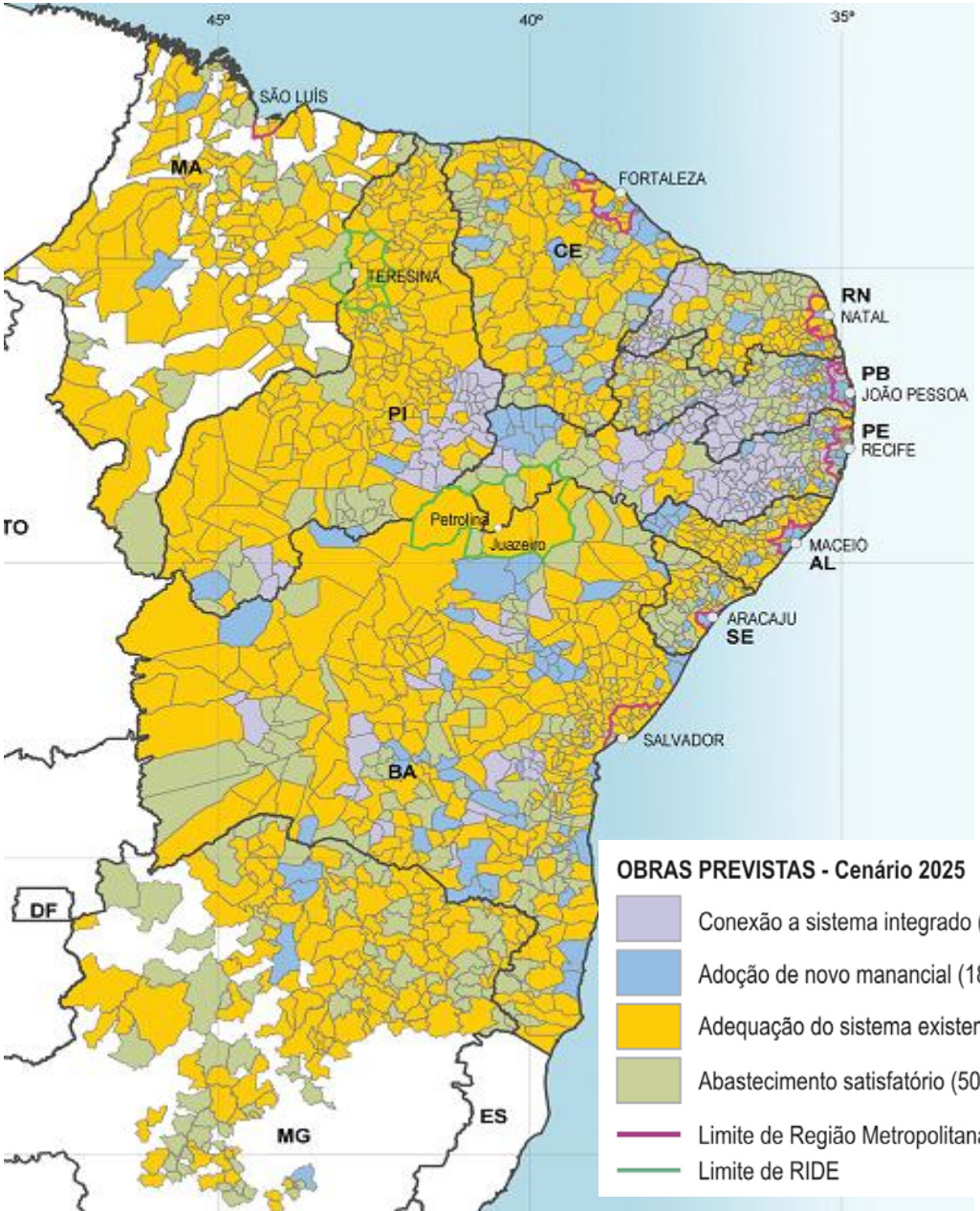
ATLAS SUL
TOTAL R$ 1,03 bilhão

36% - abastecimento satisfatório

64% do total de sedes (1.896) requerem investimentos para garantia da oferta de água até 2025

- 12% - aproveitamento de novos mananciais
- 45% - adequação dos sistemas de produção, desde poços até interligações de sistemas metropolitanos
- 7% - conexão a sistemas integrados, em geral no semi-árido

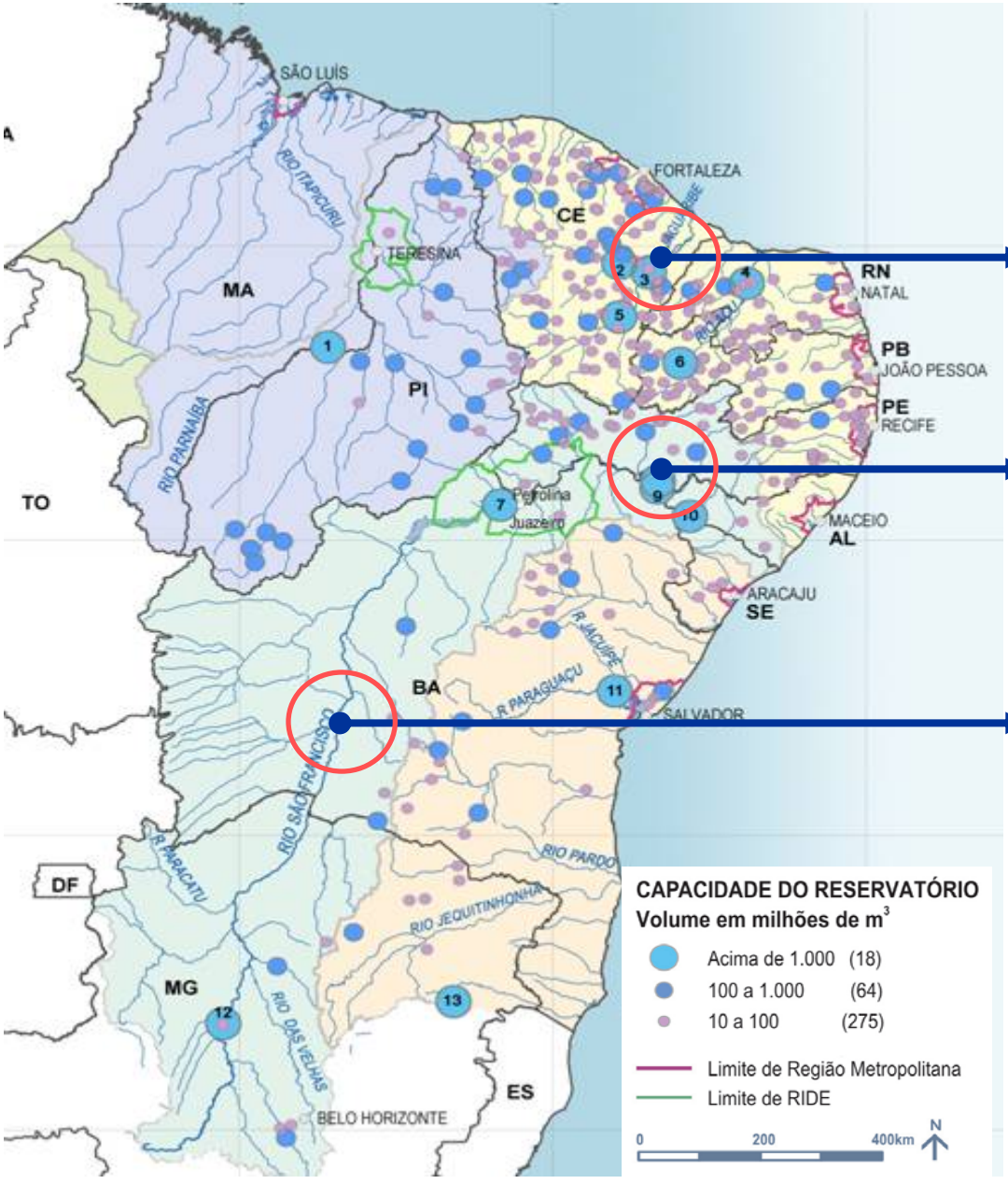
PLANEJAMENTO NORDESTE



- 26% com abastecimento satisfatório
- 10% requerem novos mananciais – capitais AL, PB, PE, RN e SE
- 51% adequação/ampliação de sistemas produtores – capitais BA, CE, MA e PI
- 13% municípios conectados a sistemas integrados – Nordeste Setentrional
- PE (26%), com grande escassez hídrica, e BA (25%), com o maior número de sedes urbanas, demandam maioria dos investimentos

TOTAL NE – R$ 9,0 bilhões

INTEGRAÇÃO SÃO FRANCISCO



- Reforço hídrico para PB, RN e CE - ampliação da garantia da oferta de água dos mananciais
- Obras complementares ao Eixo Leste do PISF - Adutoras do Pajeú (PE/PB) e do Agreste (PE) ~ 200 municípios abastecidos 5,6 milhões de hab. em 2025
- 111 municípios atualmente abastecidos MG, BA, PE, AL e SE

TOTAL Regiões Metropolitanas – R$ 12,0 bilhões

- 46% dos investimentos para SP e RJ: papel estratégico das bacias do Alto Tietê, PCJ e Paraíba do Sul
- Compatibilização com Planos de Bacia e estudos de novos mananciais para a *Macrometrópole Paulista* - as incertezas e a complexidade do planejamento exigem um processo de tomada de decisões articulado e imediato

SÍNTESE GERAL

TOTAL ÁGUA – R$ 18,2 bilhões 1.896 municípios – 102 milhões hab.

REFERÊNCIA PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS E DISCUSSÃO DE ARRANJOS INSTITUCIONAIS – Governo e Entidades de Créditos

ATLAS

SUBSÍDIO PARA VIABILIZAÇÃO DE PROJETOS E MODELOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS – "FORÇA TAREFA" E GANHOS DE ESCALA

R$ 15,6 bilhões

722 municípios 90,1 milhões de hab.

- Sistemas integrados
- Acima de 50 mil hab.

R$ 2,6 bilhões

1.174 municípios até 50 mil hab.

11,8 milhões hab.

72% Nordeste

TRATAMENTO DE ESGOTOS

- Foco na proteção dos mananciais - municípios localizados a montante das captações com indicativos de poluição hídrica
- Investimentos em coleta e tratamento de esgotos para 1.517 municípios

TOTAL Esgotos – R$ 23 bilhões

- Além do tratamento de esgotos, Porto Alegre (Guaíba) e Rio de Janeiro (Guandu) demandam medidas estruturais imediatas, projetadas para proteção das captações

PRODES

Dentre os maiores desafios da gestão de recursos hídricos no Brasil está a redução das cargas poluidoras nos corpos d'água. Principalmente em regiões metropolitanas, a degradação da qualidade da água vem criando situações insustentáveis do ponto de vista de desenvolvimento.

O Contrato de Pagamento pelo Esgoto Tratado é firmado pelo Governo Federal, por intermédio da ANA, diretamente com o Prestador do Serviço de Saneamento - entidade pública ou privada. A liberação dos recursos se dá apenas a partir da conclusão da obra e início da operação da ETE, em parcelas vinculadas ao cumprimento de metas de abatimento de cargas poluidoras, e demais compromissos contratuais. Nesse contrato são estipulados os níveis de redução das cargas poluidoras pretendidas com a implantação e operação da ETE, o valor do estímulo financeiro a ser aportado pela ANA, bem como o cronograma de desembolso.

Desde 2001 a ANA executou 42 contratos, investindo R$ 152 milhões.

Os R$ 152 milhões alavancaram R$ 467 milhões.

Os objetivos principais do Relatório de Conjuntura são:

Permitir o acompanhamento sistemático da situação dos recursos hídricos em escala nacional; e

Disponibilizar aos gestores e ao público em geral uma visão abrangente da situação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Programa Nacional de Avaliação da Qualidade da Água

Há problemas relacionados à falta de padronização e de informações sobre a realização das coletas e análises laboratoriais, o que torna os resultados existentes, muitas vezes, pouco confiáveis e de difícil comparação entre regiões distintas.

Essa realidade, somada ao fato de a divulgação das informações para a população e os tomadores de decisão ser insuficiente na maioria das Unidades da Federação, gera dificuldades para a análise efetiva da evolução da qualidade das águas e elaboração de um diagnóstico nacional.

Agenda Nacional de Águas Subterrâneas

A ANA implementa, desde 2007, a Agenda Nacional de Águas Subterrâneas, cujo foco central, é fortalecer a gestão integrada de águas subterrânea e superficial no país, voltada, sobretudo, para dotar os órgãos gestores de recursos hídricos estaduais de conhecimento hidrogeológico, técnico-gerencial e de capacitação específica em águas subterrâneas, de forma que possam desempenhar adequadamente a gestão sistêmica e integrada dos recursos hídricos.

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Planos de Recursos Hídricos

São planos diretores e de longo prazo e visam a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos.

- Bacia do Rio Doce
- Complexo Estuarino Lagunar Mundaú/Manguaba
- Guarda e Guandu Mirim – PBH Guandu
- Margem Direita do Rio Amazonas
- São Franciso
- Tocantins-Araguaia
- Verde Grande
- Plano Nacional de Recursos Hídricos

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos

O objetivo geral do PROÁGUA Nacional é contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País, mediante planejamento e gestão dos recursos hídricos, simultaneamente com a expansão e otimização da infra-estrutura hídrica, de forma a garantir a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos.

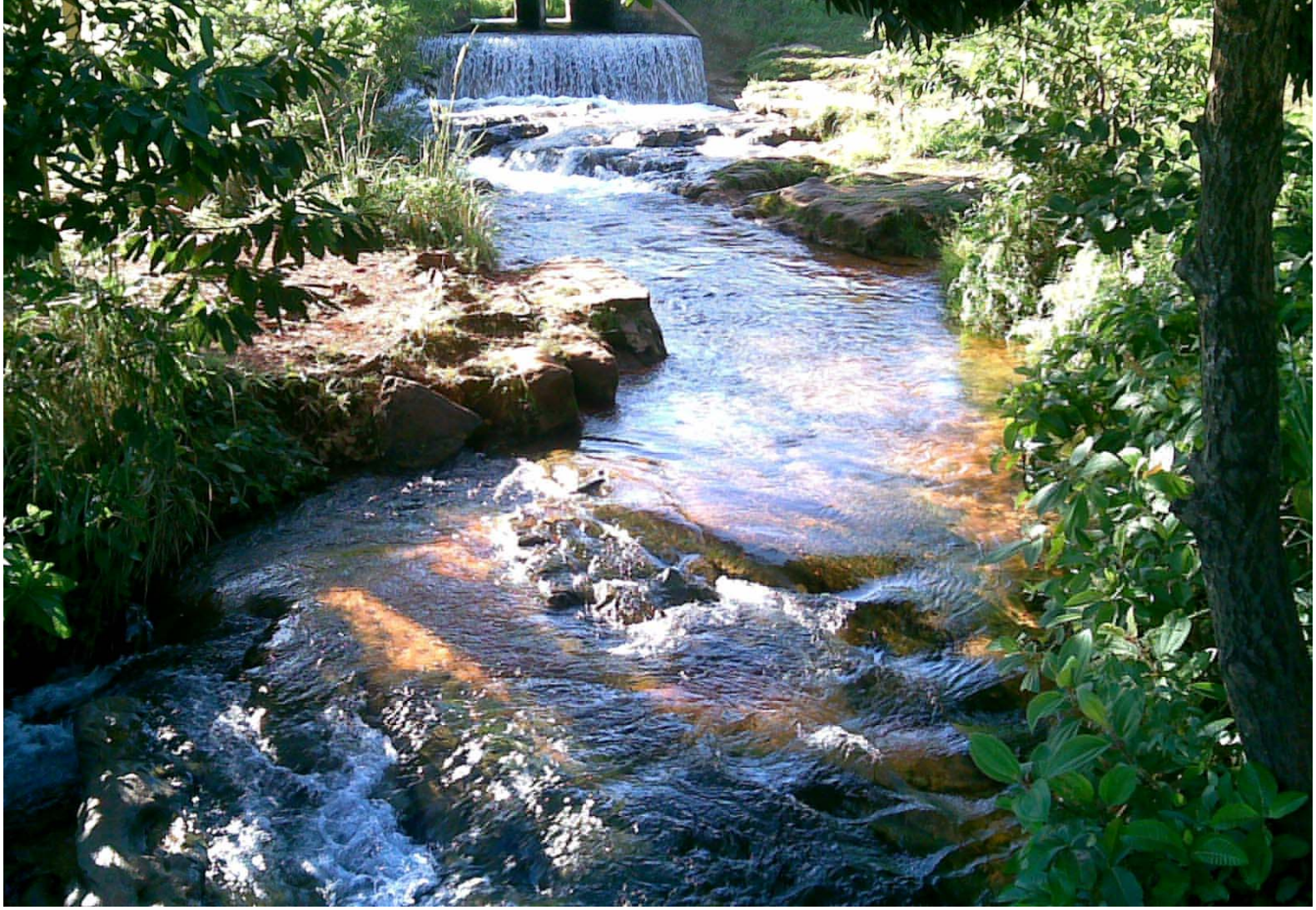
O PROÁGUA Nacional foi executado no período de 2007 a 2009 e contou com recursos de US$ 72,5 milhões. No que diz respeito às ações de gestão de recursos hídricos, foram investidos cerca de R$ 65,3 milhões, com foco nos seguintes temas: planejamento de recursos; fortalecimento institucional e capacitação; sistema de informações; redes hidrometeorológicas; cobrança pelo uso da água; e águas subterrâneas.

PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA

É um programa voluntário no qual são beneficiados produtores rurais que, por meio de práticas e manejos conservacionistas, e de melhoria da cobertura vegetal, venham a contribuir para o abatimento efetivo da erosão e da sedimentação, e para o aumento da infiltração de água, segundo o conceito *provedor-recebedor* **.**

O Programa Produtor de Água é desenvolvido na bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí bem, como na APA do Guariroba em Campo Grande MS, Ribeirão João Leite em Goiânia GO, Ribeirão Pipiripau em Brasília DF, Rio Camboriú em Camboriú e Balneário Camboriú SC, Córrego Feio em Patrocínio MG.

Na bacia do PCJ, ANA investirá R$750.000, os Comitês PCJ, R$ 550.000; a TNC, R$ 443.000; SMA/SP, R$ 1.090.000; CATI/SP, R$ 876.000; Prefeitura de Extrema (MG), R$ 393.000; a o IEF/MG, R$ 900.000, perfazendo um total de R$ 5.002.000,00.



OBRIGADO!

Antônio Félix Domingues

felix@ana.gov.br

(61) 2109 5212